



## **Sessão Comemorativa do 25 de Abril**

Senhor Presidente da Assembleia municipal,  
Excelência Reverendíssima, Autoridades Civas e Militares  
Senhores Vereadores da Câmara Municipal,  
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,  
Senhores Deputados Municipais,  
Autoridades presentes, convidados

Comemoramos trinta e seis anos de Democracia, restituída a 25 de Abril de 1974, dia em que uma nova etapa da história do país foi iniciada com profundas transformações na organização social, política e administrativa.

Nos ideais de Abril, coube a adesão à CEE, que se verificou no ano de 1986, ano em que o conceito de coesão económica e social foi introduzido como um dos princípios base da construção europeia, tendo com o Tratado de Lisboa, sido adicionado o conceito de coesão territorial. Portugal tem vindo a ser apoiado com a Política de Coesão, promovendo grandes transformações, designadamente no ensino, na saúde, nas infra-estruturas de saneamento básico, nos transportes e na requalificação das cidades.

A Política de Coesão tem beneficiado o país de formas diferentes, resultado de a aplicação de recursos estar sujeita uma visão política centralista crescente, suportada nas limitações da democracia



representativa em que as máquinas partidárias têm vindo a esgotar a voz das regiões e a bloquear a formação de pensamento e actores regionais.

Assim, o Governo Central tem vindo a promover um modelo de desenvolvimento errado que concentra a população e os recursos num estreito corredor do litoral, esgotando o interior do país dos seus recursos humanos e económicos, modelo que desqualifica o território, acentua as desigualdades e empobrece o país no seu conjunto.

O alargamento da União Europeia tem vindo a introduzir novas prioridades políticas, sem que os recursos tenham sido aumentados e por isso o quadro de referência de apoios comunitários se tornou excessivamente mais exigente.

Mesmo assim, contra os eurocépticos, impõe-se salientar que o país estaria bem mais atrasado se não tivesse aderido à UE, basta olhar para as transformações profundas que têm ocorrido no nosso município, para os investimentos incontestáveis concretizadas com apoio dos Fundos Comunitários que proporcionam melhoria nas infra-estruturas, no emprego e na qualidade de vida.

Os Fundos Comunitários têm beneficiado as políticas comuns, apesar de o orçamento da União Europeia não chega a 1,5% do PIB, sendo 40% afecto à PAC. Muito mais poderia ser feito pela convergência se o Orçamento fosse superior, tal como acontece nos Estados Unidos em que se aproxima dos 20%. O baixo Orçamento da UE limita a implementação de uma estratégia de interesse comum, especialmente quando subordinada à lógica dos saldos líquidos (como pagar menos e receber mais), totalmente contrária aos princípios de coesão e solidariedade entre estados e regiões,



situação agravada pela crise, que penalizam os pequenos estados membros, de entre eles Portugal.

Não admira pois, as dificuldades de convergência entre estados, o agravamento das desigualdades, a concentração de recursos humanos qualificados, meios tecnológicos, financeiros e de inovação em determinadas regiões europeias, tornando-se claro que, face às necessidades específicas das regiões e sub-regiões mais fragilizadas, muitas políticas nacionais e comunitárias não sendo aliadas da coesão têm provocado estragos muito elevados nas políticas de solidariedade e de combate às desigualdades.

Tomamos como exemplo a imoralidade de remuneração do trabalho e da redistribuição da riqueza produzida em muitas empresas do sector público empresarial e privado, e a política europeia de incentivo à deslocalização das empresas europeias para países emergentes, designadamente China, Índia e Vietname, abandonando os países pobres da UE, provocando mais desemprego e fragilidades na economia, desses estados.

Quem poderá vir a criar emprego para fazer face a elevados níveis de desemprego nos países da União Europeia, de modo a garantir dignidade e confiança às gerações mais jovens, solidariedade e integração, criação de riqueza para redistribuir? Os estados? As empresas europeias? as empresas deslocalizadas para a Europa? e sob que condições sociais e políticas e com que grau de soberania dos eleitores?

Os efeitos da dura crise económica, fez a União Europeia recuar uma década em termos de emprego, do crescimento da produção industrial, da coesão da produtividade comparada com as dos principais parceiros



económicos, com a agravante de estes e os países emergentes, não estarem parados. Esta realidade reduz o potencial de crescimento do nosso país, limitado também, pelas restrições de consolidação dos orçamentos públicos dos estados da UE fortemente endividados.

Neste cenário, associado à exigência de uma nova visão em termos de paradigma de desenvolvimento, de globalização das dificuldades e das oportunidades, a pressão sobre as políticas de coesão está a aumentar, com prejuízo para os países mais fragilizados social e economicamente.

Avaliação feita este mês, indica que, para o período de programação 2007-2013, a política de coesão que representa um terço do Orçamento da EU, tem uma execução de 27%, muito abaixo do que seria desejável, resultado dos procedimentos excessivamente pesados, a que acresce a crise que de forma dura atinge a economia e as famílias.

Portugal é um dos países mais fragilizados da União Europeia, e tem que continuar a exigir que a política de coesão seja adoptada como componente essencial do modelo de integração europeia, pilar do actual período de programação e do próximo, 2013/2020, política dirigida às regiões mais carenciadas, nas quais nos integramos.

Portugal tem que flexibilizar rapidamente a aplicação do QREN, tem que garantir recursos e iniciativas que beneficiem a coesão territorial, o combate ao desemprego e o apoio às PME, essências neste período difícil, em que os Portugueses são confrontados com uma realidade e não esquecer que as autarquias são um forte instrumento de impulso na realização do investimento público e de apoio social.



A visão estratégica para a Europa 2020, em fase final de discussão, assente em três prioridades: crescimento inteligente, sustentável e integrado e que vai substituir a estratégia de Lisboa, será a base do próximo período de programação comunitária. A nossa reflexão sobre o desenvolvimento local e regional não poderá alhear-se destas prioridades.

Neste debate que irá envolver as políticas nacionais, regionais e locais, não podemos deixar de continuar a reivindicar a coesão como um pilar essencial dessa visão futura, que terá de beneficiar todas as regiões, sem deixar de acentuar o combate às desigualdades entre regiões, prosseguindo objectivos de recuperação económica e social. Tal tem que ocorrer com políticas claras e fortes de solidariedade, políticas públicas, e de responsabilidade partilhada dos cidadãos, responsabilidade social das empresas e com o reforço do poder local e regional.

Sabemos como é corrosivo das instituições democráticas, limitado o mérito dos discursos de boas intenções e enorme a diferença quando comparadas com as realizações. No distrito sabemos do que estamos a falar, sendo exemplo a auto-estrada transmontana, o IP2 e o IC5 que vão chegar com trinta anos de atraso. A realidade poderia ser muito melhor e mais próxima dos ideais de Abril, com uma região mais desenvolvida.

O exercício de equilíbrio entre visão futura e a satisfação das necessidades presentes exige que os alicerces das nossas acções se sustentem no tempo, no inevitável estudo, no planeamento, no dimensionamento e controlo da utilização dos recursos, sejam públicos ou privados, na responsabilidade individual e colectiva. Não podemos desperdiçar recursos de que não dispomos de imediato e hipotecar o futuro dos mais



jovens que também têm direito a tomar decisões livres de fortes restrições impostas por políticas actuais.

Reflectir Abril de 1974, é reflectir o reforço dos valores e da cultura democrática, corrigir comportamentos individuais e colectivos, de Governo, de administração pública e das empresas. É uma exigência que tem a ver com o presente e o futuro, com os desafios da globalização, da criação de uma economia verde, amiga do ambiente, da estabilidade e reforço das instituições democráticas, da coesão, da liberdade individual e colectiva.

Viva o 25 de Abril, Viva Bragança, Viva Portugal

Paços do Município, 25 de Abril de 2010

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes